

SOCIALIZAÇÃO, IDENTIDADE COLETIVA E IDENTIDADE LINGUÍSTICA EM TIMOR-LESTE

SOCIALIZATION, COLLECTIVE IDENTITY AND LINGUISTIC IDENTITY IN TIMOR-LESTE

Karin Noemi Rühle Indart

Doutora em Sociologia da Educação. Professora convidada do Programa de Pós-graduação e Pesquisa da Universidade Nacional Timor Lorosa'e.

Recebido: 29 de maio de 2019
Aceito: 28 de outubro de 2019
Publicado: 17 de novembro de 2019

SOCIALIZAÇÃO, IDENTIDADE COLETIVA E IDENTIDADE LINGUÍSTICA EM TIMOR-LESTE

Karin N. R. Indart¹

Resumo: O objetivo deste artigo é introduzir os leitores aos conceitos de identidade primária, identidade social, identidade coletiva, identidade real e virtual, assim como identidade nacional ligados à psicologia social, mas também como temas transversais da sociologia e antropologia. Para tal introdução utilizamos como base teórica principalmente os autores Dubar (1997) e Bauman (2005; 2010) e aplicamos suas teorias ao desenvolvimento da identidade nacional timorense, que concluímos estar relacionada com as diferentes identidades linguísticas presentes na nova nação.

Palavras-chave: Psicologia Social; Identidade Coletiva; Identidade Nacional; Identidade Linguística.

SOCIALIZATION, COLLECTIVE IDENTITY AND LINGUISTIC IDENTITY IN TIMOR-LESTE

Abstract: The aim of this article is to introduce readers to the concepts of primary identity, social identity, collective identity, real and virtual identity, as well as national identity linked to social psychology, but also as transversal themes of sociology and anthropology. For this introduction, we use the authors Dubar (1997) and Bauman (2005; 2010) as the theoretical basis and apply their theories to the development of the Timorese national identity, which we conclude is related to the different linguistic identities present in the new nation.

Keywords: Social Psychology; Collective Identity; National Identity; Linguistic Identity.

INTRODUÇÃO

Este artigo contempla a área de estudo da psicologia social. Esta tem como objeto os processos psicológicos que têm origem no grupo. São, portanto, observadas e analisadas as interações entre indivíduos, interações entre indiví-

¹ Doutora em Sociologia da Educação é professora convidada do Programa de Pós-graduação e Pesquisa da UNTL. <https://doi.org/10.53930/27892182.dialogos.4.70>

duos e o grupo ou interações entre grupos. Os comportamentos, pensamentos e sentimentos revelados em situações sociais interessam aos psicólogos sociais e algumas das questões relevantes abordadas são: “porque nos comportamos de determinado modo, como formamos e mudamos nossas atitudes e crenças, porque tomamos determinadas decisões, como reagimos, o que pensamos sobre os outros”. Para viver em sociedade “o indivíduo submete-se a normas, a padrões de conduta, ao sistema de valores” (Monteiro & Santos, 1998, p. 117). Portanto por serem seres sociais “os indivíduos fazem a sociedade que faz os indivíduos. Os indivíduos dependem da sociedade que depende deles” (Morin, in Monteiro & Santos, 1998, p. 117). Porém, as sociedades diferem entre si, assim como as pressões que estas exercem nos indivíduos que a compõe também divergem, dessa forma “entre as nossas semelhanças, a mais importante (...) é a nossa enorme capacidade de aprender e nos adaptarmos. Por irônico que pareça, essa semelhança fundamental possibilita a diversidade humana” (Myers, in Monteiro & Santos, 1998, p. 119). A adaptação de grupos inteiros acaba por criar regras específicas de organização e comportamento e isso denominamos de cultura. A cultura

Institui as regras-normas que organizam a sociedade e governam os comportamentos dos indivíduos; constitui o capital coletivo dos conhecimentos adquiridos, dos saberes práticos aprendidos, das experiências vividas, da memória histórico-mítica, da própria identidade de uma sociedade. (Morin, in Monteiro & Santos, 1998, p. 119).

Neste artigo trataremos em especial da ‘identidade social’. O principal teórico da identidade social é Henri Tajfel (1982). Para ele esta identidade é o sentimento de um indivíduo pertencer ou compatibilizar-se a um determinado grupo social, porque possui características semelhantes a outros indivíduos do mesmo grupo. Porém, cada indivíduo tem uma variedade de identidades sociais e geralmente estão em um processo de reelaboração contínua. A principal área de aplicação do conceito é a das relações intergrupais.

Para estudar interações sociais de indivíduos em diferentes sociedades e culturas a psicologia estabelece relações interdisciplinares com a sociologia e a antropologia. Por essa razão é comum essas três áreas do saber utilizarem bases teóricas comuns. Assim também faremos neste artigo, porque a identidade coletiva e nacional e o processo de socialização são assuntos interdisciplinares.

IDENTIDADE COLETIVA E IDENTIDADE NACIONAL

A construção de uma nação exige uma identidade coletiva comum aos indivíduos que a ela pertencem. A independência de Timor-Leste não encontraria justificativas se sua identidade coletiva fosse semelhante à identidade coletiva da nação indonésia. Também não seria possível Timor-Leste se constituir como uma nação se seus cidadãos e cidadãs fossem apenas um agrupamento territorial de comunidades étnicas distintas. Sendo assim, discutiremos inicialmente o conceito de identidade coletiva e como ela é desenvolvida.

a) Identidade Primária

Dubar (1997, p. 13) afirma que “a identidade humana não é dada, de uma vez por todas, no ato do nascimento: constrói-se na infância e deve reconstruir-se sempre ao longo da vida”. Nunca temos uma identidade fixa e acabada. Esse desenvolvimento contínuo de identidade não é um processo solitário. “O indivíduo nunca a constrói sozinho: ele depende tanto de julgamentos dos outros como das suas próprias orientações e auto definições. A identidade é um produto de sucessivas socializações”. Na infância dá-se a “socialização inicial” com a construção de “regras, valores, sinais oriundos da família de origem, mas também do universo escolar e dos grupos de pares onde as crianças fazem as primeiras experiências de cooperação”. Ainda segundo o autor:

Esta socialização contribui para fornecer as referências culturais a partir das quais os indivíduos terão de identificar os grupos de pertença e de referência, e de interiorizar as características culturais gerais, especializadas, opcionais e individuais (Linton), e de antecipar as socializações ulteriores. Estas inscrevem-se nas trajetórias sociais que implicam, a partir de ‘disposições’ adquiridas no decurso da primeira educação, a validação de ‘capitais’ económicos e culturais’ simultaneamente desiguais à partida e desigualmente rendíveis de acordo com os campos da prática social. Esta socialização contínua é inseparável das mudanças estruturais que afetam os sistemas de ação e induzem reconversões periódicas das identidades previamente constituídas e das ‘construções mentais’ que lhes estão associadas. (p. 239).

Para Dubar (1997, p. 112) “a primeira identidade vivida e experimentada pessoalmente pela criança constrói-se sempre na relação com a mãe ou com aquela (aquele) que a substitui”. No ocidente, a educação das crianças é papel do seu pequeno núcleo familiar e mais comumente da mãe, porém em Timor essa tarefa é responsabilidade da família estendida, do clã e, portanto, de um grupo² e não de um indivíduo (*inan kiik*, *inan boot*³). Portanto, a identidade primária já é social desde a nascença, principalmente, mas não só, nas comunidades rurais nas aldeias em Timor-Leste.

b) Identidade Social

Em outras realidades sociais “é nas e pelas categorizações dos outros – e, nomeadamente, as dos parceiros da escola (professores e pares) – que a criança experimenta a sua primeira identidade social”. Por isso, “a escola primária constitui um momento decisivo para a primeira construção da identidade social”. Em Timor, o número de crianças sem acesso à escola ainda é grande e a identidade social, já desenvolvida no seio familiar do clã, pode ser fortemente condicionada por ele por falta de experiências de socialização fora de casa. Para aquelas privilegiadas que podem ingressar ao mundo escolar abre-se um campo de possibilidades mais alargado de identidade, como explica Dubar (1997):

Desde a dualidade entre a nossa identidade para o outro conferida e da nossa identidade para si construída, mas também entre nossa identidade social herdada e a nossa identidade escolar visada, nasce um campo de possibilidades, onde se desenrolam desde a infância à adolescência e ao longo de toda a vida todas as nossas estratégias identitárias. (p. 113).

Pensando na identificação nacional da geração pós-independência, os idealizadores da política e o planeamento linguístico em Timor-Leste utili-

² “A household in Timor is often larger than the nuclear family. It is common to have other people live with the nuclear family, such as grandparents, unmarried aunts or uncles, or (in towns with schools) students from remote areas”. (van Klinken, Tetum Language Course, 2003, p. 40).

³ Em Tétum, as irmãs mais novas da mãe são chamadas de *inan kiik* (mãe pequena) e as irmãs mais velhas de *inan boot* (mãe grande). Assim, também os irmãos mais novos do pai são chamados de *aman kiik* (pai pequeno) e os irmãos mais velhos de *aman boot* (pai grande) (van Klinken, 2003, p. 224). A criação dos filhos das famílias nucleares é compartilhada por esses outros membros da família estendida, que em áreas rurais moram como clãs em um mesmo terreno.

zaram seus escassos recursos humanos fluentes em Língua Portuguesa e os recursos de formação vindos de cooperações com a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) para a formação das crianças, apostando na aprendizagem e domínio gradativo da língua no ambiente escolar, mas também na “acomodação” identitária nacional via Língua Portuguesa destas crianças, mesmo que seus pais estivessem muito mais identificados com a Língua Indonésia. Como defende Dubar (1997),

A identidade social não é ‘transmitida’ por uma geração à seguinte, ela é construída por cada geração com base em categorias e posições herdadas da geração precedente, mas também através das estratégias identitárias desenroladas nas instituições que os indivíduos atravessam e para cuja transformação real eles contribuem. (p. 118).

Assim sendo, é esperado que a instituição escolar em Timor-Leste seja responsável por essa transição identitária entre as gerações e que nela ocorra a construção/reconstrução de uma nova identidade linguística que contribua para o ideal de uma nação.

Dubar (1997, pp. 18-19) utiliza conceitos de desenvolvimento infantil de Piaget (1965) e os aplica para o desenvolvimento da identidade desde a primeira socialização. Esta identidade depende de “transação”, o que consiste em equiparar os processos de assimilação e acomodação. “Pela assimilação, o sujeito procuraria modificar o seu ambiente para o tornar mais conforme aos seus desejos e diminuir os seus sentimentos de ansiedade e de intensidade”, já “pela acomodação, o sujeito teria tendência a modificar-se para responder às pressões e aos constrangimentos do ambiente.” Esse processo de socialização via língua de instrução escolar está em curso para ambos fenômenos. Por “acomodação” as crianças aprendem as novas línguas oficiais, pois o ambiente escolar as constrange a isso, mas mais importante do que o aprendido é a ideologia inculcada na infância de que essas línguas são símbolo de unidade da nação e, portanto, garantia da manutenção da independência do país. Uma vez convencidas da importância das mudanças linguísticas em processo essa nova geração também procura modificar o ambiente nacional pela “assimilação”, diminuindo assim a sua ansiedade em relação ao futuro coletivo em Timor-Leste.

c) Identidade Geracional

Segundo Dubar (1997, p. 118), a socialização inclui dois distintos processos: biográfico, que representa as influências recebidas pela família e o ambiente da primeira socialização; relacional, que representa as influências recebidas da sociedade, já na fase de segunda socialização. Para o autor, “a articulação desses dois processos representa a projeção do espaço-tempo identitário de uma geração confrontada com as outras na sua caminhada biográfica e o seu desenvolvimento espacial”. Como as mudanças de língua oficial e escolar em Timor-Leste sofreram mudanças radicais tanto na ocupação indonésia, como na restauração da independência em 2002, a confrontação identitária entre gerações é vigorosa e as identidades coletivas são claramente marcadas pela identidade linguística de cada geração. Porém, a construção de identidade individual e geracional nunca é simplesmente linear e isenta de complexidade. Supõe um conjunto de fatores e da “continuidade entre identidade herdada e identidade visada, como em termos de ruptura que implica conversões subversivas”. Como aconteceu, por exemplo, no final do período de ocupação em que houve um inexplicável despertar – subversivo – da Língua Portuguesa por parte de crianças e jovens⁴, quando a independência era ainda um sonho.

d) Identidade Virtual e Real

O desenvolver da identidade “pode também traduzir-se tanto por acordos como por desacordos entre identidade virtual, proposta ou imposta pelo outro, e identidade real interiorizada ou projetada pelo indivíduo” (Dubar, 1997, p. 108). Também os acordos e desacordos entre identidade real e virtual são ativos no contexto timorense, pois, muitas vezes o desejo de domínio de Língua Portuguesa, por exemplo, é bastante grande por parte da geração pós-independência, mas é na maioria das vezes uma identifica-

⁴ “Uns 5 ou 6 anos antes do Referendo, começamos em Lahane o ensino da Língua Portuguesa a um grupo de ‘aspirantes’ timorenses para Jesuítas. Embora fosse dedicado a esses jovens... e não faltassem imediatamente professoras voluntárias para ensinar, assim como que clandestinamente, logo a seguir, correu a notícia. E começou um fluxo ininterrupto de crianças e jovens para se ‘inscreverem’ no Curso de Língua Portuguesa. Eram às 10, às 20 e 50 por dia as inscrições. Chegámos a número ‘limite’ de alunos (...) Era uma massa de 3.000 crianças e jovens que vinham aprender a Língua Portuguesa”. (Felgueiras, 2001, p. 49).

ção virtual e idealizada, porque não há meios reais de realização do desejo do domínio dessa língua na maior parte das escolas. Em casos como o de Timor a identidade

Deve ser concebida como uma verdadeira negociação entre os que procuram uma identidade em situação de abertura de seu campo do possível e os que oferecem uma identidade em situação de incerteza no que diz respeito às identidades virtuais a propor. Esta ‘negociação identitária’ constitui um processo comunicacional complexo, irreduzível a uma ‘etiquetagem’ autoritária de identidades predefinidas na base das trajetórias individuais. (Dubar, 1997, p. 108).

Também há de se considerar que todos os esforços (sobretudo simbólicos, dado que se situavam no domínio da retórica política) para a unidade nacional via línguas oficiais foram concentrados no sistema escolar. Não foram criadas nem políticas, nem programas para a reintrodução da Língua Portuguesa em âmbitos não escolares (da população jovem e adulta) e, com os insucessos do sistema educativo neste domínio a aprendizagem e a identificação via língua não pode ser garantida. Todas as fichas foram apostadas no sistema escolar para identidade associada à Língua Portuguesa, mas “nenhum mecanismo macrossocial pode garantir que as trajetórias sócio-escolares produzirão indivíduos providos de atitudes relacionais pré-adaptadas ao funcionamento ótimo dos sistemas sociais do futuro” (Dubar, 1997, p. 110), sobretudo num contexto multilíngue como o de Timor-Leste e no qual a língua Portuguesa está muito longe de constituir uma realidade próxima das populações.

Ainda assim, é possível observar um sucesso derivado do que Bourdieu (1974) classificou como ‘inculcação ideológica’ nas crianças em fase escolar e que têm acesso ao sistema. Também de forma geral houve uma menor adesão à Língua Portuguesa por parte dos jovens totalmente ou parcialmente educados em Língua Indonésia, pelo menos nos primeiros anos do Estado timorense. Podendo-se, assim, observar camadas da sociedade com diferentes identificações linguísticas, reais ou virtuais, comprovando a existência das categorias sintéticas referidas por Dubar (1997, p. 111), que seriam categorias sociais “que servem para englobar homologias de posição em sistemas no interior dos quais passa a quase totalidade dos indivíduos de uma mesma geração”. Este autor cita Erikson, que

defende que a formação da identidade constitui essencialmente um problema de geração. Porém, “*a priori*, nada permite hierarquizar os diferentes campos de identificação nem estabelecer correspondências necessárias entre as posições internas aos diferentes campos” sem a correlação significativa feita através da análise empírica. E, mais importante ainda, “nada permite afirmar *a priori* que as categorias que servem para identificar no decorrer da vida são as mesmas ou são facilmente comparáveis entre elas” (Dubar, 1997, p. 111).

Comumente dividem-se os cidadãos timorenses em geração identificada com a Língua Portuguesa – pessoas com mais de 45 anos; geração identificada com a Língua Indonésia – entre 20 e 45 anos; geração identificada com a Língua Tétum – abaixo de 20. Portanto, não se pode afirmar em Timor-Leste que haja sempre relação entre, por exemplo, católico – guerrilha – Língua Portuguesa / não-católico – anexação – Língua Indonésia, como o senso comum propaga. Portanto, é necessário prover análise empírica de sustentação às diferentes identidades coletivas via língua de identificação de grupo de pertença real ou virtual em Timor-Leste no contexto atual. As constantes transformações de identidade coletiva não podem ser paralisadas e novas correlações identitárias surgem durante a estabilização do Estado e/ou as reestruturações nas políticas e execução das mesmas nessas primeiras décadas da nação. Como afirma Dubar (1997):

Os indivíduos de cada geração devem reconstruir as suas identidades sociais ‘reais’ a partir: 1. Das identidades sociais herdadas da geração precedente (‘a nossa primeira identidade social é sempre conferida’); 2. das identidades virtuais (escolares...) adquiridas no decorrer da socialização inicial (‘primária’); 3. das identidades possíveis (profissionais...) acessíveis durante a socialização ‘secundária’. (p. 111).

O que possivelmente está em curso em Timor-Leste é a recomposição da identidade coletiva da geração pós-independência a partir da luta de seus avós, da experiência de formação indonésia de seus pais, mas também do que lhes é oferecido na educação formal e através das possibilidades de emprego – ainda tímidas – que possam vir a ter (e isso ligado às línguas de cada espaço social que ocupam). A questão linguística é essencial para a produção de identidade social em Timor-Leste.

e) Identidade Nacional

Bauman & May (2010, p. 62) sustentam uma sobreposição de pertencimento de grupo ou de ideias, onde “há áreas ambíguas, em que as pessoas não são imediatamente reconhecidas como pertencentes a um ou outro dos grupos opostos.” Essa ambiguidade de pertencimento social “constitui fonte de ameaça, mais do que oportunidade de se conhecer melhor pelo conhecimento aprofundado dos outros” em muitos casos. Os autores ainda atestam que:

Os limites de um grupo podem ser ameaçados, atacados e atingidos *tanto* interna *quanto* externamente. Dentro, por pessoas ambivalentes, caracterizadas como desertoras, detratadoras de valores, inimigas da unidade e vira-casacas. Via golpes vindos do exterior, por pessoas que demandam paridade e se deslocam em espaços nos quais não são facilmente identificáveis. Quando isso ocorre, as fronteiras antes consideradas seguras ficam expostas como inconsistentes, frágeis. Aqueles que trocam seu lugar pelo nosso consumam um feito que nos faz suspeitar de que tenham algum poder ao qual não podemos resistir, e, assim, nos sentimos desconfiados em sua presença. (Bauman & May, 2010, p. 64).

Ironicamente, são os estrangeiros, convidados a colaborar com a construção do Estado timorense quem dificultam a construção da nação do ponto de vista da construção de uma identidade nacional unificadora de cosmovisão tradicionalista, pois por sua simples presença revelam outras opções de pertencimento até então inexistentes em Timor. Segundo Bauman & May (2010):

Membros de um grupo têm sido forçados, pela presença de recém-chegados, a rever seus próprios hábitos e expectativas com forte dose de ironia. Embora nunca tenham sido expostos a questionamento explícito, seu conforto foi perturbado, e a resistência brotará. Em termos de respostas possíveis a tais situações, a primeira é no sentido da restauração do *status quo*. (...) Entretanto, mesmo que eles partam, quando um agrupamento baseia-se em fragilidade como essa, novos alvos terão de ser descobertos a fim de o sustentar. (p. 65).

Mesmo que fosse possível fechar novamente o território para a presença estrangeira em nome dos interesses e à dignidade do Estado-nação⁵, sua influência terá sido absorvida pelos cidadãos ou pelo menos por parte deles. Como tanto presença, quanto influência externa são inevitáveis em países ditos democráticos, as incertezas e as justificações de pertença constituem um ambiente desconfortável e,

a pressão para conformar-se às normas promovidas pelo treinamento cultural pode ser acompanhada de esforços no sentido de desacreditar e denegrir as normas de outras culturas. Em uma ponta do espectro, propaga-se certa ‘naturalidade’, reforçada pela retórica de “pureza” e “contaminação”; e, no extremo oposto, o direito a viver uma cultura, de modo independente das demais”. (Bauman & May, 2010, p. 213).

Em nome da pureza cultural e da identidade genuína, ainda que se reconheça outras “formas de viver como culturas viáveis em si mesmas, elas podem ser retratadas como estranhas e vagamente ameaçadoras”. Em casos mais extremos “graus variáveis de *xenofobia* (aversão ao estrangeiro) ou de *heterofobia* (aversão ao diferente)” são utilizados para “defender alguma ordem contra a ambivalência” (Bauman & May, 2010, p. 213). Em Timor a reação geral em relação ao estrangeiro é bastante bipolar. Os acontecimentos do momento movem amores e ódios repentinos que são manifestados em atos de honra ou atos de agressão, as vezes física, as vezes verbal. Muitas vezes a mídia propaga notícias negativas generalizadas sobre “os imigrantes” e a maior razão de descontentamento normalmente é gerado pelo medo de que os trabalhadores nacionais sejam relegados a segundo plano nas contratações de serviços em geral, mesmo que a crítica não leve em conta o alto nível de

⁵ Em 03 de novembro de 2014 o governo de Timor-Leste ordenou aos serviços de migração a expulsão dos funcionários judiciais internacionais. Uma resolução do Conselho de Ministros, publicada em Jornal da República, determinava a expulsão dos portugueses no prazo de 48 horas depois de serem notificados pelos Serviços de Migração. O Governo considerava a sua presença “uma ameaça aos interesses e à dignidade da República Democrática de Timor-Leste”. No dia 24 de outubro, o parlamento, “invocando motivos de força maior e a necessidade de proteger de forma intransigente o interesse nacional”, aprovou uma resolução que suspende os contratos com funcionários judiciais internacionais. Cerca de 50, a maior parte portugueses. http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=4216953

conhecimento específico exigido para alguns trabalhos ou cargos, dos quais ainda há grande carência de recursos nacionais.

Porém, é essencial o papel do Outro – estrangeiro – na construção da identidade nacional, mesmo que esse papel seja da oposição ao que é “nosso”. A própria Indonésia teve uma função crucial como Outro em Timor no tempo da ocupação e acabou, contra seus propósitos e intenções, por forjar de forma muito mais clara e acelerada a identidade própria dos timorenses em contraste com a identidade indonésia. Na ausência do Outro – indonésio – as diferenças internas, quer étnicas, quer regionais, voltaram a luz e a falta repentina do Estado indonésio gerou uma crise social interna evidenciada mais fortemente na crise política em 2006⁶ quando vizinhos lutaram contra vizinhos, *Loromonu* lutaram contra *Lorosae*⁷, militares lutaram contra policiais e membros do governo entraram em desacordo com a presidência. A falta da estrutura fornecida por um Estado opressor acabou por criar conflitos internos. Crises internas após libertação ou independência de uma nação ou povo não é exclusividade em Timor. Bauman (2005, p. 65) argumenta que “a crise social causada pela perda dos meios convencionais de proteção coletiva eficaz (...), com diferentes graus de intensidade e condensação, tem sido vivenciada por todo este nosso planeta”.

Por causa dos conflitos de objetivo a diversidade interna em uma nação em construção são tendenciosamente minimizadas. “De fato, os discursos de líderes nacionalistas muito habitualmente se referem a soterrar as diferenças em favor do espírito comunal orientado para um objetivo coletivamente sustentado”. A purificação cultural para a materialização do sentimento nacionalista “demanda um corpo disciplinado e imaginário de interesses e crenças”. São necessárias “ações de um coletivo – partido político, sindicato, governo de um Estado nacional – para precederem a formação de grupos de larga escala. O nacionalismo, assim, precede a emergência de unidades nacionais unificadas” (Bauman & May, 2010, pp. 56-57).

⁶ Para compreender melhor os fatores envolvidos na crise política de 2006, ver “Timor: paisagem tropical com gente dentro” de Rui Graça Feijó.

⁷ São considerados *Loromonu* os povos dos municípios da parte oeste e *Lorosae* os povos dos municípios da parte leste de Timor-Leste, estando o distrito de Manatuto como fronteira entre essas duas partes.

CONCLUSÃO

Dubar (1997, p. 103) “recusa a distinção da identidade individual e da coletiva” e crê ser a identidade social uma articulação entre a “transação interna ao indivíduo” e a “transação externa estabelecida entre o indivíduo e as instituições com as quais interage”. Para ele, tanto processos culturais quanto económicos constroem a sociedade. Em sua opinião, a identidade é “o resultado simultaneamente estável e provisório, individual e coletivo, subjetivo e objetivo, biográfico e estrutural, dos diversos processos de socialização que, em conjunto, constroem os indivíduos e definem as instituições” (p. 105). O desenvolvimento da identidade é necessariamente um processo coletivo, uma vez que “não se faz a identidade das pessoas sem elas e, contudo, não se pode dispensar os outros para forjar a sua própria identidade” (p. 110).

Portanto, não se produz identidade timorense à parte de seus cidadãos. A participação destes é necessária, pois identidade não se define apenas por lei ou por representantes. Também não é possível isolar-se como nação na busca do “nacionalismo puro”, o próprio nacionalismo timorense atual foi alimentado fortemente pelo Outro – Indonésio (sobretudo) e continuará ser cultivado em contraste com novos Outros. Timor apenas ‘criou’ sua identidade nacional no tempo da ocupação indonésia, pois antes disso Portugal pouco ou nada interferiu na estrutura social e nos usos linguísticos tradicionais da colônia e nunca representou uma ameaça à identidade timorense. O ponto crucial, porém, é a manutenção, dessa identidade criada, em tempos de independência onde a oposição a ela possivelmente é maior internamente do que provinda do Outro.

Para além dos desafios recentes de manutenção de uma consciência de identidade nacional timorense, a tarefa de desenvolvimento de identidade é trabalho de toda uma vida. Gameiro (2011, p. 55), atesta essa realidade quando afirma que “Timor já tem uma identidade e já tinha antes da independência. Essa identidade vai-se afirmando e construindo como um organismo vivo”. Há de se mencionar que essa identidade como “um organismo vivo” sofre outras influências identitárias além da indonésia principalmente após a chegada da missão da ONU, quando muitas outras identidades nacionais tiveram que conviver

em solo timorense. O convívio entre culturas externas e internas inicia novos choques de identidades pela insegurança causada pela presença do estranho. As mudanças sociais pós-independência, inevitáveis por causa da migração interna e a intensa presença internacional, romperam com os limites sociais das áreas menos remotas. O conflito se estende às diferentes gerações timorenses: entre as mais apegadas às tradições e as curiosas em interagir com o Outro.

REFERÊNCIAS

- Bauman, Z. (2005) *Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- Bauman, Z., & May, T. (2010). *Aprendendo a Pensar com a Sociologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- Bourdieu, P. (1974). Avenir de Classe et Causalité du Probable. *Revue Française de Sociologie*, XV, pp. 3-42. <https://doi.org/10.2307/3320261>
- Dubar, C. (1997). *A Socialização: construção das identidades sociais e profissionais*. Porto: Porto Editora.
- Feijó, R. G. (2006). *Paisagem tropical com gente dentro*. Lisboa: Campo da comunicação.
- Felgueiras, J. (2001). As Raízes da Resistência. *Revista de Letras e Culturas Lusófonas*, n. 14, pp. 42-49. Lisboa: Instituto Camões.
- Gameiro, A. (2011). *40 Dias em Timor-Leste*. Ss.: Pearlbooks.
- Klinken, C. W. van. (2003). *Tetun Language Course*. Díli: Peace Corps East Timor.
- Monteiro, M. & Santos, M. R. dos. (1998). *Psicologia*. Porto: Porto Editora.
- Piaget, J. (1965). *Études Sociologie*. Paris & Genève: Droz.
- Tajfel, H. (1982). *Social Identity and Intergroup Relations*. Londres & Paris: Cambridge University Press & Maison des Sciences de l'Homme.

Direitos Autorais (c) 2019 Karin Noemi Rühle Indart



Este texto está protegido por uma licença [Creative Commons](#)

Você tem o direito de Compartilhar - copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato - e Adaptar o documento - remixar, transformar, e criar a partir do material - para qualquer fim, mesmo que comercial, desde que cumpra a condição de:

Atribuição: Você deve atribuir o devido crédito, fornecer um link para a licença, e indicar se foram feitas alterações. Você pode fazê-lo de qualquer forma razoável, mas não de uma forma que sugira que o licenciante o apoia ou aprova o seu uso.

[Resumodalicença](#) [Textocompletodalicença](#)